

A crise no ensino privado, triste herança do Cruzado.

O sistema escolar brasileiro, em todos os seus três níveis, encontra-se próximo do colapso total. Não bastasse a deterioração da rede pública, que hoje oferece um ensino de baixíssima qualidade em edifícios mal-conservados e que podem ser comparados com verdadeiras taperas, agora é a vez da rede privada: atingida duramente pela espiral inflacionária e pressionada cada vez mais pelos custos trabalhistas sobre suas folhas de pagamento, ela tem sido obrigada a reajustar suas mensalidades em percentuais e valores que não podem ser pagos pelos pais dos alunos — e é por isso que, nestas últimas semanas, cansadas da omissão do governo federal, as duas partes foram bater nas portas da Justiça para acusar-se reciprocamente e para defender o que julgam seus direitos.

JORNAL DA TARDE

Uma análise serena e objetiva desse problema, que penaliza basicamente as famílias de classe média que têm consciência da falta de seriedade e competência da rede escolar pública, revela que as duas partes têm razão. Por um lado, todos sabem que a escalada inflacionária vem corroendo vorazmente o poder aquisitivo dos pais dos alunos da rede escolar privada, impedindo-os assim de pagar os carnês mensais e as matrículas que lhes são apresentadas pelas escolas de seus filhos. Ao mesmo tempo, esses mesmos pais não têm coragem de optar pela rede pública, porque sabem muito bem que ela não prepara nem forma — pelo contrário, ela deforma. Por outro lado, a rede escolar privada também tem sido atingida pela inflação, o que tem levado seus administradores a promover aumentos sucessivos seja para pagar a URP dos professores, seja para manter seus empreendimentos minimamente capitalizados.

Em meio a esse conflito de interesses, tentando manter uma aparência de neutralidade e atuar como árbitro, está o governo. Todas as providências por ele tomadas, no entanto, apenas têm aumentado o impasse entre as duas partes. Isto porque, optando, como sempre, pelas soluções demagógicas, as autoridades federais baixaram um decreto-lei de duvidosa constitucionalidade, procurando agradar tanto os proprietários das escolas quanto os pais dos alunos. Fazendo um perigoso e perverso jogo de palavras, os responsáveis pelo Ministério da Educação impuseram o que chamam de "liberdade vigiada", prometendo penalizar os aumentos por eles considerados "abusivos". E como se não bastasse, ainda transformaram os conselhos estaduais de educação numa espécie de fiscais da rede escolar privada, o que ampliou ainda mais a confusão no setor, em face do conflito de poder entre o governo federal e os governos estaduais.

Para se entender com clareza esse quadro caótico em que se converteu a educação brasileira no âmbito do ensino particular, é preciso inicialmente verificar a origem dos problemas atuais. Tudo começou com a demagogia populista do Plano Cruzado, há dois anos, que congelou os salários e as mensalidades em níveis irreais. Desorganizando, assim, os preços relativos, abriu caminho para o intervencionismo "regulatório" do Estado. Até então não havia conflito algum entre proprietários de escolas e pais de alunos — na realidade as divergências e os conflitos de interesse eram resolvidos pelo jogo livre do mercado. Ou seja: se as escolas aumentassem indiscriminadamente o valor de suas matrículas e mensalidades, com toda certeza elas perderiam a sua freguesia; e os pais que eventualmente tivessem problemas financeiros para arcar com as despesas da escola ideal por eles imaginada para seus filhos poderiam optar pela alternativa da segunda melhor escola, que cobrasse mensalidades compatíveis com seus salários.

Ao intervir nesse jogo de mercado e liquidar com os preços relativos, na aventura inconsequente e irresponsável do congelamento de preços, tarifas e salários, os artífices do Plano Cruzado atingiram mortalmente o único pilar ainda inteiro e intocado da educação nacional. Por um lado, seu intervencionismo "regulatório" jogou os professores contra os proprietários das escolas. Por outro, jogou os pais contra os proprietários e os próprios professores, gerando dessa maneira uma situação tão confusa que, nos dias de hoje, já não se sabe mais como desatar o nó criado pelo governo. Até a UNE, que nada tinha com o caso, saiu do retiro em que se encontrava para entrar nessa história, tentando, a pretexto de defender os estudantes universitários das instituições particulares, retomar seus velhos chavões em favor da estatização definitiva do ensino entre nós. E o que era um problema técnico, artificialmente criado pela inoportuna intervenção "regulatória" do governo, aos poucos está sendo transformado numa discussão de natureza ideológica.

O mais grave é que as autoridades, em vez de permitirem que todas as partes se entendam num diálogo franco, aberto e construtivo, têm agido de modo confuso e contraditório. O ministro da Fazenda, por exemplo, que é um economista e não um político profissional, já se manifestou em favor da saída mais sensata — o ideal, disse ele, seria o governo ficar fora desse problema. Já o ministro da Educação, que não é um educador e sim um político de carreira, continua dando os mais variados palpites, ora acenando para os pais de alunos, ora acenando para os proprietários de escolas, aumentando a confusão. E como há conflito e bagunça em quantidade suficiente para satisfazer todos os que desejam investir em demagogia para colher dividendos eleitorais, os governadores também já estão entrando no caso sem, no entanto, terem até agora formulado qualquer proposta conciliatória concreta e plausível.

Isto significa que o imbroglie tende a aumentar ainda mais — o que favorecerá a posição de quem está interessado na politização e na ideologização do problema. Para a solução do problema, o ideal seria o gradativo retorno ao livre jogo de mercado e aos preços relativos — o que exigiria de cada parte uma delimitação mais precisa dos seus verdadeiros interesses. Isto porque, do modo como está a questão, são "julgados" em pé de igualdade os proprietários de grandes empreendimentos educacionais, para os quais a educação é apenas um setor de suas atividades empresariais, e os proprietários de escolas primárias e jardins de infância, que nem ao menos têm a propriedade dos imóveis em que desenvolvem suas atividades de caráter muitas vezes familiar. São, igualmente, tratados em pé de igualdade pais de crianças em fase de escolarização e jovens desprovidos de recursos que precisam trabalhar durante o dia para pagar o ensino à noite. Encontram-se lado a lado, por fim, autoridades estaduais incapazes até mesmo de cumprir suas obrigações constitucionais no plano do ensino de 1º e 2º graus e autoridades federais totalmente perdidas nesse caos — todas elas sem condições de reerguer a rede pública do estado degradado em que se encontra.

A curto prazo, dada a radicalização de todas as partes, parece difícil o restabelecimento do livre jogo de mercado e dos preços relativos. Esse episódio, todavia, encerra uma lição importante: ele demonstra de maneira inequívoca o que costuma acontecer quando o Estado, a exemplo do que ocorreu com a demagógica aventura do Cruzado, passa a intrometer-se em áreas que não são suas e a tentar exercer funções para as quais não estava nem autorizado nem preparado.